

*“Por quê raios os leste-europeus apoiariam  
o capitalismo?”  
Democracia, capitalismo e opinião pública*

---

---

**Laszlo Bruszt**

Political Science Department  
Central European University

---

---

**Resumo**

O artigo analisa o papel das variáveis políticas, econômicas e culturais na explicação do apoio à democracia e ao capitalismo nos países do Leste Europeu.

Um dos principais achados do trabalho aponta que, para o desenvolvimento da reforma das instituições econômicas, os governos leste-europeus podem contar com uma grande reserva de apoio inicial baseada no descrédito do regime anterior.

**Palavras-chave:** democracia, cultura política, capitalismo, reforma econômica

**Abstract**

The paper analyses the explanatory role of the political, cultural and economic variables to the support for democracy and capitalism in the East European countries.

One of the major findings is that East European governments undertaking the transformation of their countries' economic institutions can count on a high level of initial reserve of support based on the discreditation of the old regime.

**Keywords:** democracy, political culture, capitalism, economic reform

Na década de 1990 o Leste Europeu atravessou a mais profunda onda de democratização de toda a sua história<sup>1</sup>. Simultaneamente, a rápida liberalização de sua economia e as tentativas radicais de reestruturação econômica produziram o mais agudo declínio em produção econômica, padrão de vida e valorização do trabalho desde a Grande Depressão. O declínio global do PIS foi de 20 a 30% nos países da região, o declínio no valor real dos salários foi de 20 e 60% e o desemprego nesse período cresceu em média de zero a entre 10 e 20% em poucos anos.

É com relação a esse cenário de simultaneidade entre a radical mudança política e econômica que pode-se entender a reemergência do antigo debate sobre a compatibilidade entre democracia e desenvolvimento econômico. Logo no início dessas mudanças, muitos analistas expressaram ceticismo quanto à capacidade dos líderes democráticos em harmonizar as necessidades da transformação econômica com a extensão geral dos direitos políticos e a lógica do sistema democrático. De acordo com esses analistas, se as pessoas tiverem o direito à oposição política e o direito de escolha entre muitas alternativas de desenvolvimento socioeconômico responderão às crescentes dificuldades e à desigualdade resistindo às reformas econômicas, sendo que, na melhor hipótese, aprovarão o capitalismo; na pior, voltar-se-ão contra a democracia. Segundo essa visão, a política transformadora é, na estrutura de um sistema democrático, a “arte do impossível”. A implicação desse enfoque é que o capitalismo apenas pode ser introduzido no Leste Europeu pela via da imposição, ou seja, limitando a extensão do sistema democrático ou, ao menos, com a ajuda do uso completo das muitas técnicas de exclusão e desmobilização oferecidos pela poliarquia.

Na primeira parte deste artigo, destaco brevemente os principais argumentos desse enfoque e, em seguida, faço o contraste com a visão diametralmente oposta sobre a relação entre democratização e desenvolvimento econômico, segundo a qual a política democrática poderia ser uma das principais formas de diminuição dos problemas políticos gerados pela transformação econômica. Os representantes dessa visão sustentam que apenas no caso de uma 'democracia de baixa qualidade' os problemas sociais e econômicos poriam em risco a transformação capitalista. Segundo eles, há uma longa lista de meios democráticos que permitem a superação do *status quo* socioeconômico na estrutura

---

<sup>1</sup> Antes de 1989, o Leste Europeu passou por duas ondas de democratização. A primeira onda, após a 1ª Guerra Mundial, teve fim com a emergência de regimes semi ou puramente autoritários na maioria dos países. A segunda onda, após a 2ª Guerra Mundial, cessou no final da década de 1940 com a imposição de regimes estatais socialistas em toda a região.

do sistema político, como por exemplo, o uso das possibilidades de inclusão oferecidas pela democracia<sup>2</sup>.

Na segunda parte do artigo, com base na análise dos resultados de um *survey* comparativo realizado em 11 novas democracias no Leste Europeu, trato dos argumentos macropolíticos desses dois enfoques e de suas afirmativas sobre os microfundamentos das posturas individuais com relação ao desenvolvimento capitalista. A idéia básica do primeiro enfoque testado é que os interesses econômicos imediatos e as predisposições culturais herdadas são os determinantes principais do apoio ao capitalismo. O segundo enfoque está baseado na idéia de que os interesses e as predisposições, ao lado das identidades dos atores sociais, não são fixos; ao contrário, eles mesmos estão sujeitos à transformação. A política transformadora pode (re)produzir apoio ao capitalismo e a crença de que se as pessoas podem confiar nos atores coletivos e instituições políticas, se elas podem ter garantias de que, ao dar crédito ao capitalismo, podem também lucrar com a transformação socioeconômica apesar das dificuldades, esta ainda é a "melhor alternativa disponível" de desenvolvimento (LINZ, 1988).

Para além desse debate, vou argumentar que pode-se detectar duas visões opostas na relação entre crenças e aspirações, de um lado, e ordens institucionais, de outro. A afirmativa dos que representam a "tese da incompatibilidade" é que apenas as instituições com bom funcionamento e desempenho podem gerar crenças e aspirações que sustentam a reprodução das mesmas instituições. Eles aceitam, por exemplo, que uma ordem institucional capitalista com bom funcionamento pode gerar crenças e aspirações compatíveis com as instituições de uma economia de mercado. Mas asseguram que os leste-europeus estão em uma situação de "armadilha do baixo equilíbrio": a superação do *status quo* em direção a uma ordem institucional com bom funcionamento (re)produz crenças e aspirações incompatíveis com a criação de instituições capitalistas, ou seja, instituições que sustentam seu próprio funcionamento. Para sair desse círculo vicioso, o Leste Europeu necessita da ajuda de um terceiro partido "desinteressado" ou, mais concretamente, da mão de ferro de um Estado transformador.

De acordo com os que representam o segundo enfoque, a criação de uma nova ordem institucional é similar à profecia da auto-realização. Novas instituições são criadas se atores sociais dão crédito a essas instituições ainda não existentes, ou seja, quando têm crenças e aspirações que sustentam a sua criação. O descrédito às velhas instituições é a base perfeita para a emergência de tais crenças e aspirações, e a confiança nos atores coletivos e nas instituições políticas pode gerá-las. As pessoas estenderão o crédito à transformação econômica se

---

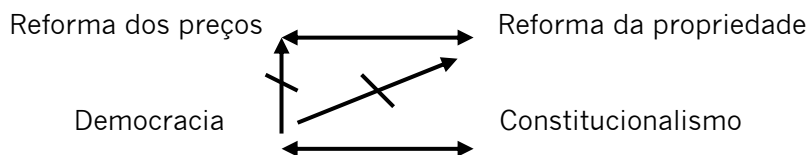
<sup>2</sup> Com base no ensaio de Albert Hirschmann sobre a tolerância quanto às desigualdades de renda, essa literatura foi denominada por vários autores como "economia política de dificuldade" (ver OFFE, 1991; DUCH, 1992 e HIRSCHMANN, 1981)

acreditarem que as perspectivas oferecidas pelos atores coletivos merecem apoio, se confiarem em que as novas instituições refletirão também suas aspirações, se confiarem nas competências dos representantes políticos etc. Atores políticos coletivos que recebem confiança são capazes de produzir essas crenças e aspirações, e podem também retirar o crédito de alternativas competitivas.

O apoio ao capitalismo e a confiança nas instituições e atores estão, portanto, fortemente inter-relacionados. Confiança, ou crédito, é a principal força motora da transformação institucional. É o principal capital político dos reformadores que estão no poder para garantir essa transformação<sup>3</sup>. A confiança e o crédito são também o que leva as pessoas a “investirem” na transformação econômica: através da tolerância para com as dificuldades e através do investimento real no capitalismo com suas economias.

### **Argumentos macro-políticos: a tese da incompatibilidade**

Ao ler a literatura sobre os problemas das novas democracias no Leste Europeu e na Europa Central, pode-se freqüentemente ter a impressão de que a democracia é apenas uma nova dor de cabeça para os leste-europeus já bombardeados com as mais do que suficientes dificuldades causadas por suas economias quebradas. O argumento freqüentemente lido é o seguinte: a democracia estende os vários direitos de oposição em uma situação na qual a transformação das economias públicas em economias de mercado vão necessariamente gerar resistência às reformas. O melhor cenário resumido das diferentes versões dessa hipótese foi desenhado por John Elster:



Aqui, um vetor de X a Y significa que X, para ser efetivo, requer Y. Um vetor bloqueado significa que X é um obstáculo para Y. O argumento é que a democracia será um obstáculo tanto para a reforma de preços (porque levará alguns à pobreza ou desemprego) quanto para a reforma da propriedade (porque fará alguns muito

---

<sup>3</sup> Sobre a noção de capital político ver Bourdieu, 1981. Sobre a aplicação do conceito de capital político à análise da relação entre democracia e desenvolvimento econômico na América Latina, ver Remmer, 1993.

ricos) (ELSTER, 1990). Em resumo, as reformas econômicas no Leste Europeu terão a resistência dos que *perderão* e dos que *não ganharão*.

A versão estruturalista dessa abordagem<sup>4</sup> enfoca os que perderão, predizendo que serão em grande número baseado na análise das estruturas socioeconômicas desses países. Nesse sentido, o principal obstáculo estrutural às reformas econômicas na região é a existência de uma maioria social que não tem interesses na criação de uma economia de mercado e a perda daqueles grupos sociais (ex: burguesia) que dariam apoio a essa transformação<sup>5</sup>. Ou, para colocar de forma diferente, devido a razões estruturais, o número dos que perderão de forma imediata será alto e concentrado; o número dos que ganharão em curto e médio prazo será baixo e disperso e, portanto, poder-se-ia esperar uma resistência universal à reestruturação econômica.

A versão culturalista, enfocando os não-ganhadores, prediz novamente que serão em grande número e que serão resistentes ao rápido processo de desigualdade, baseando-se nas afirmativas sobre as predisposições culturais herdadas dessas sociedades (por ex. JOWITT, 1992). A diferença básica entre essas duas abordagens é que enquanto a primeira explica a incompatibilidade entre democratização e desenvolvimento capitalista, baseada na idéia da ação racional de resistência das pessoas que experimentam privações, a segunda espera os mesmos resultados de ações irracionais, isto é, o ressentimento e o descontentamento.

Dado que nesse enfoque, esses dois fatores - os interesses estruturalmente determinados e as predisposições culturalmente herdadas do regime anterior - determinam as respostas dos atores às reformas capitalistas, qualquer forma de coordenação democrática levaria essas sociedades a um círculo vicioso de reprodução do *status quo*. Segue-se que a única maneira de sair da circularidade é impor reformas econômicas à sociedade com ou sem a ajuda de executivos fortes com alguma influência social ou política, ou pela via do "autoritarismo liberal"<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Descrevo as diferentes variações deste enfoque em dois artigos anteriores (BRUSZT, 1992 e BRUSZT & SIMON, 1993).

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, a seguinte citação dos autores de um dos melhores livros escritos sobre a privatização no Leste Europeu: "Dada a ausência de qualquer base existente poderosa provavelmente obtida pelo processo de privatização em um curto prazo, um sistema democrático diretamente responsivo às pressões populares deve simplesmente ser incapaz de garantir apoio suficiente para a transformação radical requerida, embora sendo, a longo prazo, interesse da nação" (FRYDMAN and RAPACZYNSKI, 1994, p. 58).

<sup>6</sup> Esta é a proposta de K. Jowitt que, baseado na análise dos "legados leninistas" do Leste Europeu, contradiz a proposição de Alfred Stepan quanto ao sistema parlamentar indubitavelmente ter a melhor condição de conseguir o equilíbrio necessário (entre desenvolvimento econômico e participação democrática) e sugere, ao contrário, o autoritarismo liberal como uma "alternativa desejável" e uma "resposta mais prática que o desejo utópico pela imediata democracia de massa no Leste Europeu" (JOWITT, 1992, p. 303-304). De acordo com essa proposta, os "legados leninistas" dos regimes anteriores podem ser superados apenas na estrutura de uma lógica conspicuamente próxima à lógica

Os leste-europeus que propõem a “tese da incompatibilidade” poderiam destacar uma longa tradição de trabalhos sobre a existência de relações entre democracia e desenvolvimento econômico<sup>7</sup>. As primeiras versões dessa tese, ainda no século XIX, refletiam os temores dos primeiros conservadores e liberais, assim como as esperanças dos primeiros pensadores marxistas. Tal como afirmavam, a extensão dos direitos de propriedade e de cidadania eram incompatíveis entre si - os despossuídos com direito de voto poriam fim ao direito de propriedade e usariam a democracia para “expropriar” os ricos. Como afirmou Thomas Macaulay em 1842, o sufrágio universal seria “o fim da propriedade e, portanto, da civilização” (MACAULAY, 1900, *appud* PRZEWORSKI; LIMONGI, 1993).

Os temores excessivos da democracia como um mecanismo de expropriação dos ricos pelos pobres foram basicamente esquecidos no século XX, e substituídos pelas perspectivas diametralmente opostas de que a democracia tanto é “a melhor proteção para o capitalismo” (Lênin), quanto a que necessariamente promove o desenvolvimento salvaguardando os direitos de propriedade (NORTH, 1990; OLSON, 1991)<sup>8</sup>.

As versões modernas da “tese da incompatibilidade” estão menos relacionadas aos direitos de propriedade e enfocam a relação entre democracia e desenvolvimento econômico. Nessa parte da literatura, a democracia é delineada como um mecanismo de pressão dos pobres, ou nas versões mais recentes, dos grupos organizados para consumo efetivo imediato, e daí a conclusão: democracia atrapalha o desenvolvimento econômico. Nas décadas de 1950 e 1960, as primeiras versões que enfocavam os pobres dominaram a literatura da “incompatibilidade” (GALENSON, 1959; DESCHWEINITZ, 1959; HUNTINGTON, 1968). Przeworski e Limongi resumiram sucintamente o principal ponto dos representantes dessa versão: “As pessoas das quais as condições de vida giram em torno da subsistência não podem bancar negociações de longo tempo. Elas necessitam consumir agora. A democracia faz pressão em direção ao consumo efetivo imediato”.

A versão posterior baseada principalmente no estudo dos “milagres econômicos” produzidos pelos regimes autoritários do sudeste asiático destacaram os perigos dos grupos de interesse em geral, afirmando que os Estados que conduzem políticas de desenvolvimento podem submeter-se aos interesses de grupos voltados para a manutenção do *status quo*. Regimes autoritários podem

---

dos regimes leninistas: os interesses e identidades das pessoas podem apenas ser transformados pela via de uma mudança das estruturas econômicas e identidades das massas imposta e então criar crenças e aspirações “requeridas” para a reprodução de uma ordem capitalista institucional.

<sup>7</sup> O seguinte sumário está baseado nos trabalhos de Przeworski e Limongi, 1993; 1994 e Remmer, 1992; 1993, que analisam o desenvolvimento histórico desses ideais e suas mais recentes aplicações ao contexto do Sudeste Asiático e América Latina.

<sup>8</sup> Para uma discussão crítica dos enfoques de North e Olson, ver Przeworski e Limongi, 1993.

promover a necessária proteção do Estado da pressão de interesses particularísticos, sendo a proteção identificada à autonomia do Estado para desenvolver políticas transformadoras. Por esta perspectiva, democracia é definida como um mecanismo de pressão para a manutenção de um *status quo* efetivo; portanto, um mecanismo que mina a autonomia do Estado transformador<sup>9</sup>.

As mesmas idéias reapareceram na literatura nos anos 1980 analisando a relação entre o tipo de regime e a administração das crises econômicas no contexto latino-americano<sup>10</sup>. Esta parcela da literatura vincula o autoritarismo e a administração bem sucedida das crises econômicas baseada nas afirmações que sustentam a estabilização e a reforma como uma função do rendimento material, e os líderes democráticos que seguem estratégias de maximização do voto assumirão políticas econômicas que aprofundam mais a crise. Se tentarem abandonar o *status quo* e iniciar as reformas necessárias, enfrentarão imediatamente a turbulência política e a pressão crescente para cessar as reformas e retornar ao *status quo* anterior. Assim, nessa parcela da literatura sobre a "incompatibilidade", encontra-se uma especificação mais ampla sobre o argumento da "natureza da democracia": democracia traduz pressão para a manutenção do *status quo* tanto através dos políticos que buscam a maximização do voto, quanto através das massas que utilizam as várias técnicas de protesto oferecidas pelo sistema democrático. As seguintes citações de autores que escrevem sobre a América Latina poderiam igualmente ter sido escritas por representantes dessa tese no Leste Europeu: "(...) uma democracia que não vem acompanhada pela melhora social e econômica da população mais ampla, coloca em risco sua sobrevivência"; "(...) a atual política econômica ... requer centros de decisão capazes de impor políticas que sofrem oposição de quase todos os segmentos da sociedade. Esta é uma tarefa que os ciclos anteriores mostram estar além da capacidade de abertura dos regimes democráticos latino-americanos" (INSTITUTE OF LATIN AMERICAN STUDIES, 1986; MALLOY, 1987; *appud* REMMER, 1991).

A partir dessa breve revisão das diferentes versões da tese da incompatibilidade, pode-se concluir que a variante do Leste Europeu difere dessa literatura apenas quanto à ênfase no papel dos fatores culturais para a rejeição à transformação econômica, uma afirmação especialmente próxima das precondições culturais da democracia colocadas pelas teorias da modernização dos anos 1960. Por outro lado, todas as diferentes versões modernas da tese da incompatibilidade compartilham as seguintes assertivas:

---

<sup>9</sup> Para revisão e avaliação dessa literatura ver Przeworski e Limongi, 1993.

<sup>10</sup> Para uma avaliação crítica dessa literatura ver Remmer, 1992, 1993.

1. as posturas dos atores sociais com relação ao desenvolvimento capitalista são determinadas pela sua posição estrutural, ou seja, seu ponto de vista com relação às reformas é determinado pelo ponto na hierarquia social a partir do qual vêm a mudança institucional. O grau de apoio à mudança institucional é uma função direta da melhora na posição econômica, isto é, apenas as reformas capazes de promover rendimentos materiais de curto prazo terão crédito pela população;
2. as reformas econômicas enfraquecem as posições de muitos e, portanto, induzem uma pressão crescente para cessar as mudanças;
3. ao tomar essa pressão efetiva, a democracia enfraquece a autonomia que o Estado transformador requer.

### **Argumentos macro-políticos: “A hipótese do capital político”**

Por quê as pessoas tolerariam as dificuldades sociais e a desigualdade impostas pelas reformas econômicas? Por quê dariam crédito a instituições que ainda não existem ou ainda não funcionam? Por quê apoiariam a transformação de uma ordem econômica institucional se isso implicar, inicialmente, sacrifícios e a deterioração das situações econômicas? Essas e outras questões similares são o foco de atenção da segunda abordagem denominada por alguns autores como “a economia política da dificuldade”<sup>11</sup>.

Os representantes dessa abordagem desafiam os supostos básicos da tese da incompatibilidade afirmando que:

1. A tomada de posição política não é uma função direta das posições socioeconômicas em transformação; o apoio à reforma econômica não é uma função direta das condições econômicas e,
2. O sistema democrático não abrange apenas a mera representação dos interesses imediatos das pessoas nos centros decisórios estatais.

Em primeiro lugar, afirma-se que o apoio à mudança institucional na economia e as mudanças das posições socioeconômicas não são imediatamente ligados mas, ao contrário, são mediados pelas percepções das experiências passadas, pela atribuição da responsabilidade, pelas dificuldades do presente, e pelas percepções e avaliações das fórmulas alternativas específicas de mudança socioeconômica. Ao contrário da afirmativa da tese da incompatibilidade, afirma-se que as novas democracias ou sociedades voltadas ao rearranjo de suas instituições econômicas podem contar com uma reserva especial de apoio se algum (ou alguma combinação) dos fatores seguintes estiver presente:

---

<sup>11</sup> Ver nota nº 2.



- se as pessoas descartam amplamente regimes e ordens institucionais sem credibilidade;
- se a avaliação retrospectiva das pessoas quanto ao desenvolvimento das condições econômicas e da administração dos problemas econômicos dos governos anteriores é altamente negativa;
- se atribuem a responsabilidade por suas dificuldades econômicas atuais à falha das políticas dos regimes anteriores ou à ausência de reforma no último regime;
- se acreditam que o abandono do *status quo* é a única maneira para interromper a maior deterioração de sua situação econômica e,
- se acreditam que a alternativa oferecida pelos reformadores, apesar da imediatez e dificuldade que isso lhes impõe, é ainda a melhor dentre as alternativas disponíveis (DUTCH, 1992; HIRSCHMANN, 1987; LINZ, 1988; NELSON, 1991; MCDONOUGH, 1992; MCDONOUGH, BARNES; PINA, 1986; REMMER, 1991).

Na medida em que tais crenças são (re)produzidas no processo de transformação econômica, as crescentes dificuldades e o rápido processo de desigualdade devem ainda ser funcionais para a continuação do apoio às reformas: as pessoas devem perceber sinais de que estão no "caminho certo" (HIRSCHMANN, 1981 e PRZEWORSKI, 1992).

Em segundo lugar, para esse enfoque, os interesses das pessoas, percepções, atitudes e identidades não são fixos; ao contrário, são (trans)formados através das interações sociais da mudança econômica. Na (trans)formação das orientações e posturas das pessoas, têm papel central os atores políticos coletivos e as instituições que podem (re)produzir "confiança, tolerância e paciência" em um mundo em que, de outra forma, dominariam "o medo, o ressentimento e o descontentamento". O ponto central desse enfoque é que a democracia oferece muitas estratégias e mecanismos para gerar crenças e aspirações de apoio à mudança econômica, mesmo muito depois de terminado o período positivo promovido por alguns dos fatores mencionados acima.

A política, nesse sentido, não é apenas uma derivação das estruturas, instituições e hábitos já existentes. A política faz diferença.

A política transformadora pode gerar apoio ao capitalismo, a crença de que apesar das dificuldades socioeconômicas, ainda é a "melhor das alternativas disponíveis" de desenvolvimento, se as pessoas podem confiar nos atores coletivos e nas instituições políticas - para utilizar a definição de Juan Linz (1988). A tolerância com as dificuldades é um crédito, um investimento no futuro, que pode ser produzido ou perdido.

As pessoas darão crédito à mudança econômica se puderem dar crédito às instituições e atores que coordenam, modelam e influenciam essa mudança. A

política democrática, ao invés de destruir o poder transformador do Estado, oferece muitos mecanismos de reforço à autonomia dos governos com relação à pressão imediata pelo consumo e manutenção do *status quo*. Pior é o horizonte econômico de longo-prazo, mais importante se torna o papel de fatores tais como o estilo das políticas, a construção institucional, os pacotes de política econômica, o consenso das elites etc (PEREIRA et al., 1995; LANGE, 1984; NELSON, 1992, 1993; O'DONNELL, 1992, 1993; PRZEWORSKI et al., 1994; REMMER, 1992, 1993).

Persuasão, consulta, consenso, discussão e deliberação devem servir para estabelecer a confiança nos programas de governos e, através de garantias explícitas ou implícitas, podem gerar a crença popular de que investindo em reformas econômicas devem lucrar com seus ganhos futuros (LANGE, 1984; NELSON, 1992). As deliberações devem aumentar a credibilidade das políticas transformadoras aumentando a confiança na solidez do programa. Os mecanismos inclusivos devem ainda contribuir para a credibilidade dessas políticas pela via da criação de condições políticas mais estáveis para a continuação da reforma e o aumento conseqüente da crença na sua sustentabilidade (PRZEWORSKI et al., 1995). Construir e fortalecer as instituições que permitem a participação, deliberação e consulta aumenta o horizonte temporal dos atores sociais<sup>12</sup>. Ou, como afirma Pereira et al. (1993): “de fato, uma razão central de a oposição às reformas freqüentemente assumir a forma de defesa imediata de interesses particularistas é que essas reformas não são um produto da dinâmica entre organizações no terreno das instituições de representação. Se ao sistema representativo fosse permitido processar os conflitos sobre a reforma, é mais provável que apenas os conflitos racionais de interesse emergiriam - não uma ameaça à idéia de reforma, mas apenas ao seu esboço. Ao dificultar a discussão pública, o espectro da reação populista serve sobretudo para defender grupos particulares de tecnocratas contra concepções alternativas de grupos concorrentes”. No desenvolvimento das reformas, os programas compensatórios devem ainda aumentar o horizonte temporal e fortalecer as suas bases políticas (NELSON, 1991; GRESKOVITS, 1992, 1993). Além disso, os esforços das elites para obter consenso político nacional sobre as principais metas da mudança socioeconômica e seu esforço deliberado para retirar o crédito das forças alternativas anti-sistema contribuem para a criação de espaço político necessário para a adoção de políticas duras.

---

<sup>12</sup> Para uma comprovação empírica da importância do horizonte temporal dos atores sociais ver os instigantes trabalhos de Richard Rose: 1991a, 1991b. Baseado em *surveys* realizados em vários países do Leste Europeu, Rose demonstra que o apoio à mudança econômica está ligado tanto à insatisfação com o passado e com o presente, quanto à crença de que o período futuro será melhor. Outros *surveys* demonstram o vínculo entre confiança nos atores políticos coletivos e expectativas positivas prospectivas (ex: Hungarian Gallup Institute, 1994).

Em resumo, de acordo com esse segundo enfoque, o sistema democrático, ao contrário de ser apenas um mecanismo de representação de interesses particulares imediatos, promove a política transformadora na estrutura da qual as percepções, interesses e identidades dos atores sociais são (trans)formados. O capital político - a confiança das instituições políticas e atores - é a fonte do apoio contínuo ao capitalismo em tempos difíceis.

### **Sumário das hipóteses**

A partir dos dois enfoques macro-políticos descritos, pode-se deduzir as seguintes hipóteses sobre os fatores que modelam os micro-posicionamentos com relação às reformas econômicas:

#### *A tese da incompatibilidade*

Hipótese 1. Interesses econômicos imediatos determinam posicionamentos com relação às reformas. Aqueles com avaliação prospectiva negativa do futuro econômico não apoiarão a reforma; aqueles com prospectiva positiva, apoiarão.

Hipótese 2. Predisposições culturais determinam posicionamentos com relação à mudança econômica. A baixa tolerância quanto às desigualdades, as expectativas excessivas sobre as responsabilidades sociais dos governos e a identificação da democracia com melhores condições materiais são bons preditores da rejeição à mudança econômica. Além disso, essa hipótese também prediz que a maioria dos leste-europeus terão predisposições culturais hostis à transformação econômica.

### **Contra-hipóteses I. Alternativas**

Hipótese 3. "Comparação com alternativas passadas e futuras"

Tanto os interesses econômicos quanto as predisposições culturais são ligados apenas de forma frágil ao apoio às transformações econômicas. As pessoas não precisam ser apoiadores entusiasmados dos valores do livre-mercado e identificar-se completamente com as normas e valores do capitalismo. Se acreditarem que esta ainda é a melhor alternativa disponível apoiarão o capitalismo, mesmo se sua avaliação prospectiva econômica imediata for ruim (LINZ, 1988).

Hipótese 4. “Quanto pior, melhor”

As pessoas apoiarão o capitalismo se a sua avaliação retrospectiva for ruim. Se sua avaliação sobre o *status quo* é ruim, se desacreditam o regime anterior, se culpam o regime anterior pelas dificuldades do presente e do passado apoiarão as dificuldades futuras, mesmo se o futuro for incerto. Novos governos passam por um “período positivo” mais curto ou mais longo, no qual a avaliação prospectiva da situação econômica pessoal, ou a situação da nação, terá um papel muito menor na avaliação da situação econômica global do passado e do presente (McDONOUGH, 1991; DUCH, 1992; HIRSCHMANN, 1987; LINZ, 1988; NELSON, 1992; REMMER, 1991).

**Contra-hipóteses II. Predisposições culturais**

Hipótese 5. “Vínculos fluidos”

As predisposições culturais não são fixas e seu papel em modelar posicionamentos com relação ao sistema socioeconômico não é determinante.

Hipótese 6. “Hipótese da bagagem mista”

Os leste-europeus chegaram ao novo regime com predisposições culturais amplamente misturadas, algumas das quais desvantajosas do ponto de vista da transformação capitalista. No longo processo de falência dos “regimes leninistas”, as pessoas no Leste Europeu formaram várias predisposições de apoio à transformação econômica, como por exemplo, a tolerância às diferenças de renda (DUCH, 1992; HANKIS et al., 1983; ROLLER, 1992).

Hipótese 7. “Hipótese da dependência”

Os leste-europeus formaram suas predisposições culturais em países com trajetórias de mudança pré-regime profundamente diferentes. O nível das experiências com as reformas econômicas durante o regime anterior foi diferente nesses países, as liberdades políticas e econômicas foram formadas diferentemente nas sociedades da região durante as últimas décadas, a exposição das pessoas às influências culturais externas diferiram etc. Assim, a distribuição da diferente predisposição cultural será distinta não apenas entre esses países, mas também entre os países estudados. “País” será um forte preditor da variância de uma dada predisposição, ao lado das variáveis sociais e demográficas (BRUSZT, 1992; STARK, 1992).

### **Contra-hipóteses III. "O capital político"**

Hipótese 8. Há um forte vínculo entre o apoio ao capitalismo e a confiança nos atores e instituições. As pessoas que não confiam nos políticos e nas instituições não apoiarão o capitalismo, e mais provavelmente apoiarão outras alternativas de desenvolvimento socioeconômico e político. Não é necessário confiar em todas as instituições e atores para dar suporte ao capitalismo, deve-se desconfiar dos governos vigentes, alguns ou a maioria dos atores políticos coletivos, mas deve-se confiar ao menos em alguns atores e instituições que representam alternativas intra-sistêmicas para dar crédito à mudança socioeconômica. A desconfiança generalizada nas instituições e a apatia/alienação política serão bons preditores da rejeição ao capitalismo.

### **Análise dos dados**

#### *A/Alternativas*

De acordo com a "tese da incompatibilidade", não havia reserva especial de apoio ao capitalismo no Leste Europeu no início da transformação econômica. O outro enfoque, ao contrário, sugeriu um alto grau de apoio inicial à mudança socioeconômica do regime, com base no descrédito ao regime anterior, nas avaliações retrospectivas das pessoas sobre suas condições econômicas e as percepções das alternativas disponíveis.

Para medir o apoio difuso ao capitalismo, utilizamos as questões validadas por Juan Linz sobre a legitimidade e a eficiência percebida de regimes socioeconômicos (LINZ, 1988). Perguntamos às pessoas se concordavam com a afirmativa de que o capitalismo baseado na livre iniciativa é o melhor para seu país, e se concordavam com a afirmativa de que o capitalismo baseado na livre iniciativa as habilitaria a resolver os problemas do país.

A Tabela 1 apresenta a distribuição das respostas a essas duas questões. Para contrastar os dados do Leste Europeu com resultados de *survey* de países de fora da região, também apresentamos a distribuição dessas questões na Alemanha Ocidental e na Espanha.

Os dados confirmam a contra-hipótese sugerida pela literatura da "economia política da dificuldade". No início da mudança socioeconômica, a crença na legitimidade e eficiência do capitalismo era alta em todo o Leste Europeu. A taxa de apoio inicial era mais baixa na Romênia e na Ucrânia, mas o apoio ao capitalismo era muito maior em qualquer lugar da região do que nos dois países ocidentais que haviam consolidado democracias e desenvolvido instituições de mercado.

Nada demonstra mais intensamente a existência de uma alta reserva inicial de apoio no Leste Europeu do que a diferença entre os níveis de apoio ao capitalismo nas Alemanha Ocidental e Oriental. Na Alemanha Oriental, a crença na legitimidade e eficiência do capitalismo em fins de 1992 era muito maior do que a dos compatriotas ocidentais em 1984. O *survey* na antiga Alemanha Oriental foi realizado na época do fim da primeira onda de liberalização econômica que resultou em 70% de desindustrialização, na perda de milhões de empregos e no dramático declínio do padrão de vida das massas<sup>13</sup>.

**Tabela 1**  
**Legitimidade e eficiência do capitalismo no leste europeu, na Alemanha Ocidental e na Espanha/ 1990-1991**

(cruzamento entre “capitalismo é melhor para nosso país”

X

“capitalismo nos permite resolver os problemas econômicos de nosso país”)

País	Legit./ Efici. +	Legit./ Efici. + -	Legit./ Efici. -	Legit./ Efici. -
	+	+ -	+	-
Bulgária	49,1	13,7	21,5	15,7
Tchecoslováquia	64,3	3,3	14,7	17,7
Hungria (1990)	68,0	4,8	9,5	17,6
Hungria (Dez/1993)	47,9	6,3	14,8	31,1
Lituânia	63,6	9,2	7,5	19,7
Romênia	46,1	4,7	10,8	38,4
Eslovênia	64,1	6,0	4,5	25,4
Ucrânia	48,7	2,7	11,6	37,0
Krasnojarski	55,1	5,3	14,3	25,4
Alemanha Oriental	55,4	8,0	11,4	25,2
Alemanha Ocidental (1984)	37,7	10,9	5,6	46,1
Espanha (1983)	30,2	18,2	3,9	47,5
<b>Totais para o leste europeu</b>	<b>56,2</b>	<b>6,2</b>	<b>12,1</b>	<b>25,4</b>

**Fonte:** para Alemanha Ocidental e Espanha: Juan J. Linz “Legitimacy of Democracy and the Socioeconomic System” (in DOGAN, 1988)

Economic Mentalities Study in Spain: 1983

Institute fur Demoskopie *Survey* in Germany: 1984

Para os dados do Leste Europeu, Bruszt and Simon, 1992

**Questão:** “A economia capitalista, baseada na livre iniciativa privada, é a melhor para nosso país?”

“A economia capitalista, baseada na livre iniciativa privada, nos capacitará a resolver os problemas de nosso país?”

<sup>13</sup> Max Kaase chamou minha atenção para a carga ideológica do termo “capitalismo” e sua possibilidade de má interpretação. Ele sugeriu que o mais baixo apoio ao capitalismo nas duas democracias ocidentais, ao invés de indicar o alto nível de recusa a um regime socioeconômico, é antes o sinal de um alto nível de insatisfação com políticas liberais conservadoras.

Incluimos na Tabela os resultados do *survey* subsequente de 1993 realizado na Hungria. Como os dados mostram, na Hungria, três anos de experiências com transformação econômica resultaram em uma queda de 20% no apoio difuso ao capitalismo. Mesmo assim, o grau de apoio ao capitalismo na Hungria em 1993 ainda era maior que o apoio nas democracias desenvolvidas no Ocidente. Nos anos 1980, o declínio do nível de apoio é substancial. A análise dos dados de 1993 mostra uma forte associação entre a queda de apoio, de um lado, e perspectivas negativas da avaliação econômica e declínio da confiança nos atores e instituições políticas, de outro.

A Tabela 2 revela a relação entre o apoio à democracia multipartidária e o capitalismo.

**Tabela 2**  
**Apoio à democracia e ao capitalismo no leste europeu e na Europa Central após um ano da mudança de regime**

**Democracia multipartidária (%)**

<b>Capitalismo</b>		Sim	Não	Total
	Sim	58	6,3	64,3
	Não	28,5	7,2	35,7
		86,5	13,5	100

<b>I. Apoio ao capitalismo democrático por país (%)</b>		<b>II. Apoio à terceira via por país (democracia sim, capitalismo não) (%)</b>	
Lituânia	65,9	Romênia	42,7
Eslovênia	65,5	Alemanha Oriental	35,0
Hungria	64,9	Bulgária	32,6
Polônia	64,6	Ucrânia	30,4
Tchecoslováquia	63,3	Krasnojarski (Rússia)	29,3
Bulgária	60,5	Tchecoslováquia	28,1
Alemanha Oriental	60,3	Hungria	22,8
Krasnojarski (Rússia)	52,2	Lituânia	22,2
Ucrânia	48,1	Eslovênia	19,7
Romênia	45,1	Polônia	14,8

III. Apoio ao capitalismo autoritário por país (capitalismo sim, democracia não) (%)		IV. Apoio ao antigo regime por país (capitalismo não, democracia não) (%)	
Polônia	13,6	Ucrânia	14,8
Lituânia	9,2	Krasnojarski (Rússia)	9,6
Krasnojarski (Rússia)	8,9	Eslovênia	7,6
Hungria	7,0	Romênia	7,5
Ucrânia	6,7	Polônia	7,0
Eslovênia	6,3	Lituânia	5,7
Romênia	4,8	Tchecoslováquia	5,5
Tchecoslováquia	3,1	Hungria	5,3
Bulgária	2,7	Bulgária	5,0
Alemanha Oriental	2,5	Alemanha Oriental	2,2

Fonte: Bruszt and Simon, 1992

Questões: "O capitalismo é o melhor para nosso país?"

"Nosso país precisa de um sistema multipartidário?"

Enquanto os dados confirmam a expectativa de uma forte associação entre o apoio ao novo regime econômico e o novo regime político, o apoio difuso à democracia é, em todos os lugares, mais alto que o apoio ao capitalismo. Pode-se observar também diferenças marcantes entre os países do Leste Europeu: o apoio combinado aos novos regimes político e socioeconômico é mais alto na parte mais desenvolvida industrialmente da região ocidental e mais baixa nas duas regiões pertencentes à antiga União Soviética e na Romênia. A rejeição combinada ao novo regime é baixa em todo lugar, mesmo assim é um pouco mais alta nas duas partes da antiga União Soviética.

De acordo com o enfoque da "economia política da dificuldade", o descrédito ao velho regime tem papel significativo na geração de apoio ao novo regime. A Tabela 3 mostra as características do Leste Europeu mais frequentemente identificadas com o capitalismo e socialismo.

Foi dada aos entrevistados uma lista de características para serem identificadas com algum dos dois sistemas. Os resultados evidenciaram de forma convincente o descrédito do antigo regime socioeconômico. O regime anterior deixara de ser uma alternativa para a grande maioria dos leste-europeus. As características mais frequentemente identificadas com o socialismo foram: carência, corrupção, poder, planejamento, egoísmo, desigualdade (!) e repressão. As características menos identificadas foram: riqueza, eficácia, justiça, progresso técnico, liberdade, greve e progresso.



Por outro lado, os leste-europeus associaram mais freqüentemente com o capitalismo características como: lucro, progresso técnico, riqueza, greve, progresso, eficácia e liberdade. Se se comparar as respostas dos leste-europeus com as dos espanhóis, pode-se concluir que o apoio ao capitalismo não apenas foi alto no início da mudança socioeconômica, como pode-se falar em uma "euforia capitalista inicial" nas sociedades pós-comunistas.

**Tabela 3**  
**Características identificadas com o capitalismo e o socialismo**  
**na Europa Oriental e Europa Central/ 1990-1991**

Características mais identificadas com		Características menos identificadas com	
Capitalismo	Socialismo	Capitalismo	Socialismo
Lucro	Escassez	Escassez	Riqueza
Progresso Técnico	Corrupção	Justiça	Eficácia
Riqueza	Poder	Humanidade	Justiça
Greve	Planejamento	Repressão	Progresso Técnico
Progresso	Egoísmo	Planejamento	Liberdade
Eficácia	Desigualdade	Corrupção	Greve
Liberdade	Repressão	Egoísmo	Repressão

**Características identificadas com o capitalismo e socialismo na Espanha (1983)**

Características mais identificadas com		Características menos identificadas com	
Capitalismo	Socialismo	Capitalismo	Socialismo
Desigualdade	Planificação	Humanidade	Lucro
Egoísmo	Justiça	Planificação	Riqueza
Desemprego	Liberdade	Escassez	Egoísmo
Poder	Progresso	Planificação	Desigualdade
Riqueza	Repressão	Eficácia	Corrupção
Corrupção	Poder	Justiça	Eficácia
Lucro	Escassez	Repressão	

**Fonte:** Para os dados espanhóis, Juan J. Linz "Legitimacy of Democracy and the Socioeconomic System", in Dogan, 1988.

Para os dados da Europa Oriental, Bruszt and Simon, 1992

A Tabela 4 ilustra a existência de vínculo entre a insatisfação com os últimos governos dos regimes anteriores e o apoio ao capitalismo. Os resultados apóiam a tese do “quanto pior, melhor” ligada ao enfoque da “economia política da dificuldade”. Dentre aqueles altamente insatisfeitos, encontramos um apoio ao capitalismo mais alto que a média; ao contrário, dentre os altamente satisfeitos, encontramos um apoio ao capitalismo abaixo da média.

A Tabela 5 mostra a distribuição das preferências dos leste-europeus quanto às mudanças da forma de controle das empresas. Muitos associaram o capitalismo a alguma forma de democracia econômica. A pluralidade dos leste-europeus optou pela autogestão dos trabalhadores, e a segunda forma mais apoiada de controle foi alguma forma de co-decisão. O apoio ao *status quo* foi baixo em todo lugar: apenas a minoria apoiou a idéia de que o Estado deveria possuir as empresas e determinar sua gestão. Mais interessante, encontrou-se uma forte associação entre o apoio a alguma forma de democracia econômica e a crença na legitimidade do capitalismo: o apoio ao capitalismo foi alto tanto entre aqueles que preferiram a co-gestão quanto alguma forma de co-decisão. Por outro lado, o apoio ao capitalismo foi muito mais abaixo da média entre aqueles que preferiram a manutenção do controle do Estado nas empresas.

**Tabela 4**  
**Avaliação da mudança de governo e apoio ao capitalismo**  
**(médias de apoio ao capitalismo: 1=concorda, 2=discorda)**

País	Nível de satisfação com a mudança de governo				
	1 Baixo	2	3	4 Alto	Todos
Bulgária	1,2	1,5	1,6	1,7	1,4
Tchecoslováquia	1,2	1,5	1,7	1,7	1,4
Hungria	1,2	1,3	1,3	1,4	1,3
Lituânia	1,1	1,3	1,4	1,5	1,3
Polônia	1,2	1,2	1,3	1,4	1,2
Eslovênia	1,2	1,3	1,4	1,5	1,3
Ucrânia	1,3	1,5	1,6	1,7	1,5
Krasnojarski	1,3	1,4	1,4	1,5	1,4
Alemanha Oriental	1,3	1,4	1,5	1,6	1,4

Fonte: Bruszt and Simon, 1992

**Tabela 5**  
**Atitudes dos leste-europeus quanto ao controle de empresas**

	Proprietários administram ou indicam gerentes (%)	Proprietários e empregados selecionam os gerentes (%)	Estado é proprietário e indica os gerentes (%)	Empregados são os proprietários e indicam os gerentes (%)	Não respondeu (%)
Bulgária	23	25	11	30	11
Tchecoslováquia	29	35	10	20	6
Estônia	30	28	7	26	9
Hungria	15	37	8	28	12
Lituânia	20	20	8	44	8
Polônia	17	43	10	30	0
Romênia	18	25	17	29	11
Eslovênia	23	30	5	32	11
Ucrânia	11	14	18	42	15
Krasnojarski	16	20	10	53	2
Alemanha Oriental	25	47	7	11	10
Leste Europeu (todos)	20	28	11	32	9 (N=12.365)
Europa Latina	24	44	6	14	13(N=4.850)
Europa do Norte	46	38	2	7	8 (N=6.431)

**Fonte:** para a Europa do Norte e Europa Latina, Juan J. Linz "Legitimacy of Democracy and the Socioeconomic System" (DOGAN, 1988) European Values Study, 1981

Para Europa Oriental, Bruszt and Simon, 1992

### *B/Predisposições culturais*

Com relação às predisposições culturais, o *survey* não encontrou diferenças destacadas entre as atitudes dos leste-europeus e as atitudes dos cidadãos dos países com economias de mercado. O grau de tolerância com as diferenças de renda, por exemplo, mostra padrões similares em todos os países tanto do Leste quanto do Ocidente. A maioria das pessoas preferiu diferenças de renda modestas, membros das classes mais altas tolerariam um nível muito mais alto de desigualdade, enquanto o entusiasmo com as diferenças de renda nas classes trabalhadoras é um pouco mais baixo que a média.

A comparação das preferências entre americanos, espanhóis e húngaros mostra que os americanos em geral apóiam mais as desigualdades, e os espanhóis são um pouco mais igualitários que os húngaros. O que distingue os húngaros é a altíssima diferença interclasses no nível de tolerância a grandes diferenças de renda (Tabela 6).

**Tabela 6**  
**Tolerância à desigualdade de renda, segundo a posição subjetiva de classe**  
*“As diferenças de renda deveriam ser...”*

Estados Unidos (1975)

	Classe trabalhadora	Classe média	Classe alta
Grandes diferenças	26	32	49
Algumas diferenças	56	58	43
Quase nenhuma diferença	12	8	7
Sem resposta	6	2	1
Total (n)	100 (663)	100 (75)	100 (149)

Espanha (1990)

	Classe trabalhadora	Classe média	Classe alta
Grandes diferenças	7	11	17
Algumas diferenças	60	63	64
Quase nenhuma diferença	29	23	17
Sem resposta	4	3	2
Total (n)	100 (1662)	100 (981)	100 (329)

Hungria (1990)

	Classe trabalhadora	Classe média	Classe alta
Grandes diferenças	8	16	40
Algumas diferenças	70	76	58
Quase nenhuma diferença	21	7	2
Sem resposta	1	1	0
Total (n)	100 (815)	100 (309)	100 (125)

Hungria (1993)

	Classe trabalhadora	Classe média	Classe alta
Grandes diferenças	4	13	32
Algumas diferenças	77	80	64
Quase nenhuma diferença	17	6	4
Sem resposta	2	1	0
Total (n)	100 (645)	100 (411)	100 (83)

**Fonte:** para os dados não húngaros, McDonough, Barnes, Lopez Pina, 1992;  
 para os dados húngaros, Bruszt and Simon, 1992, 1993.

As expectativas dos leste-europeus quanto às responsabilidades sociais de seus governos são mais altas do que as dos cidadãos que vivem em países com economia de mercado (Tabela 7). Mas, como pode-se observar na Tabela, a distância entre as preferências dos leste-europeus e as dos italianos ou alemães ocidentais está longe de ser impactante.

**Tabela 7**  
**Responsabilidades Sociais dos Governos (médias)**

	Garantia de emprego (a)	Assistência aos mais velhos (b)	Assistência aos desempregados (c)	Redução das diferenças de renda (d)
Leste Europeu (todos)	3,6	3,8	3,4	3,1
Bulgária	3,5	3,9	3,6	3,4
Tchecoslováquia	3,4	3,8	3,3	3,0
Estônia	3,4	3,8	3,4	2,8
Hungria	3,6	3,8	3,4	3,3
Lituânia	3,5	3,7	3,4	2,9
Polônia	3,5	3,6	2,7	2,8
Romênia	3,6	3,9	3,6	3,2
Eslovênia	3,5	3,8	3,6	3,4
Ucrânia	3,6	3,8	3,4	2,8
Krasnojarski	3,6	3,8	3,4	2,8
Alemanha Oriental	3,7	3,9	3,7	3,5
Alemanha Ocidental	3,1	3,5	3,1	2,9
Itália	3,4	3,8	3,2	3,2
Áustria	3,3	3,6	2,8	3,1
Inglaterra	3	3,8	3,3	3,1
Austrália	2,6	3,6	2,6	2,6
Estados Unidos	2,1	3,3	2,5	2,2

a/ Proporciona emprego para toda pessoa que quer

b/ Proporciona um padrão de vida decente para o idoso

c/ Proporciona um padrão de vida decente para o desempregado

d/ Reduz diferenças de renda entre ricos e pobres

**Fonte:** para os dados não-europeus orientais, The International Social Survey Program; T.W. Smith, "The Welfare State in Cross-National Perspective" in *Public Opinion Quarterly*, vol. 51, p. 401-21, 1987; para os dados do leste europeu, Bruszt and Simon, 1992.

**Questão:** "Em geral você pensa que seria ou não responsabilidade do governo..."

1. definitivamente não seria
2. provavelmente não seria
3. provavelmente seria
4. definitivamente seria"

Os achados não sustentam a hipótese da tese da incompatibilidade sobre o papel determinante das predisposições culturais na formação de atitudes quanto ao capitalismo (Tabelas 8a, 8b e 8c). A partir das tabelas pode-se ver que há uma forte associação entre a tolerância com as diferenças de renda e as expectativas sobre as responsabilidades sociais dos governos, de um lado, e o apoio ao capitalismo, de outro lado. As predisposições culturais importam, mas seu papel na definição das atitudes com relação ao capitalismo está longe de ser determinante. Ao contrário, mesmo a maioria daqueles que expressam baixa tolerância com diferenças de renda, ou têm expectativas de garantia pelos governos de pleno emprego e redução das diferenças entre ricos e pobres, apóiam o capitalismo.

Finalmente, a análise das predisposições culturais dos leste-europeus mostrou diferenças significativas entre os diferentes países nas atitudes relacionadas às normas e valores da economia de mercado. Em uma das pontas da escala, pode-se observar países como a Ucrânia ou Bulgária com tolerância às diferenças de renda muito mais baixas, e com nível de paternalismo muito mais alto que a média. Na outra ponta da escala, observa-se os cidadãos da Tchecoslováquia ou Polônia com níveis de expectativa muito mais baixos e um apoio muito mais alto aos “valores do livre-mercado” que em outros países.

**Tabela 8a**  
**Opinião positiva sobre a economia capitalista, segundo a tolerância às diferenças de renda (% dos que apóiam o capitalismo)**

**Diferenças de renda**

<b>Capitalismo é melhor</b>	<b>Grande diferença</b>	<b>Alguma diferença</b>	<b>Sem diferença</b>	
<b>País</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>Gamma</b>
Bulgária (N)	79,4 (170)	59,3 (519)	56,0 (84)	0,33 (773)
Tchecoslováquia (N)	81,6 (212)	63,7 (446)	36,7 (49)	0,48 (707)
Hungria (N)	83,4 (145)	69,1 (685)	70,2 (131)	0,19 (961)
Lituânia (N)	88,0 (108)	72,5 (425)	61,5 (91)	0,38 (624)
Polônia (N)	83,0 (224)	74,2 (357)	77,6 (58)	0,18 (639)
Romênia (N)	65,6 (250)	43,2 (565)	48,3 (118)	0,27 (933)
Eslovênia (N)	80,6 (62)	71,1 (346)	52,1 (48)	0,34 (456)
Ucrânia (N)	70,0 (307)	45,9 (573)	45,8 (118)	0,36 (998)
Krasnojarski (N)	67,8 (379)	56,3 (341)	51,6 (93)	0,23 (813)

**Tabela 8b**  
**Opinião positiva sobre a economia capitalista,**  
**segundo a responsabilidade do governo em proporcionar emprego**  
**(% dos que apóiam o capitalismo)**

**O governo deveria proporcionar emprego...**

Capitalismo é melhor	Definitivamente deveria	Provavelmente deveria	Provavelmente não deveria	Definitivamente não deveria	
Páís	1	2	3	4	Gamma
Bulgária (N)	58,7 (528)	67,8 (146)	76,9 (52)	80,7 (57)	-0,29 (783)
Tchecoslováquia (N)	53,9 (384)	79,6 (225)	88,5 (61)	85,3 (34)	-0,55 (704)
Hungria (N)	67,4 (650)	75,8 (198)	85,7 (63)	88,0 (50)	-0,31 (961)
Lituânia (N)	70,2 (430)	78,5 (121)	78,0 (41)	90,9 (33)	-0,26 (625)
Polónia (N)	73,0 (403)	84,1 (164)	90,5 (74)	90,9 (11)	-0,39 (652)
Romênia (N)	47,6 (677)	49,7 (173)	64,2 (53)	70,7 (41)	-0,19 (944)
Ucrânia (N)	47,6 (746)	64,6 (240)	60,0 (55)	64,0 (25)	-0,29 (1066)
Krasnojarski (N)	59,6 (592)	61,5 (192)	70,2 (47)	71,0 (31)	-0,10 (862)
Alemanha Oriental (N)	59,4 (641)	66,2 (130)	69,2 (13)	88,9 (18)	-0,21 (802)

**Tabela 8c**  
**Opinião sobre a economia capitalista ser melhor,**  
**segundo a responsabilidade do governo em reduzir as diferenças de renda**  
**(% proporção dos que apóiam o capitalismo)**

**Governo deveria reduzir as diferenças de renda**

Capitalismo é melhor	Definitivamente deveria	Provavelmente deveria	Provavelmente não deveria	Definitivamente não deveria	
País	1	2	3	4	Gamma
Bulgária (N)	55,2 (475)	68,8 (154)	81,4 (70)	86,3 (73)	-0,43 (772)
Tchecoslováquia (N)	52,0 (246)	64,0 (189)	77,8 (153)	85,1 (94)	-0,41 (682)
Hungria (N)	67,8 (525)	67,5 (228)	80,2 (101)	89,2 (93)	-0,22 (947)
Lituânia (N)	66,5 (218)	70,9 (172)	81,4 (129)	85,9 (92)	-0,28 (611)
Polônia (N)	71,7 (159)	76,3 (236)	84,2 (177)	82,8 (64)	-0,21 (636)
Romênia (N)	48,5 (487)	43,6 (204)	71,9 (96)	57,0 (128)	-0,13 (915)
Ucrânia (N)	44,4 (480)	47,0 (266)	70,1 (147)	72,3 (130)	-0,32 (1023)
Krasnojarski (N)	52,1 (313)	61,3 (204)	65,9 (126)	70,9 (189)	-0,17 (832)
Alemanha Oriental (N)	56,3 (503)	67,5 (200)	68,4 (57)	87,9 (33)	-0,28 (793)



**Tabela 9**  
**Significados vinculados à democracia no leste europeu**  
**(% dos que responderam "muito vínculo com democracia")**

## I. "Democracia Formal"

<b>País</b> <b>(Data)</b>	<b>Bulgária</b> <b>(11/90)</b>	<b>Tcheco/</b> <b>(11/90)</b>	<b>Estônia</b> <b>(7/91)</b>	<b>Hungria</b> <b>(11/90)</b>	<b>Lituânia</b> <b>(7/91)</b>	<b>Polônia</b> <b>(1/91)</b>	<b>Romênia</b> <b>(12/90)</b>	<b>Eslovênia</b> <b>(6/91)</b>	<b>Ucrânia</b> <b>(1/91)</b>
<b>Sistema multipartidário</b>	84	65	70	70	63	61	62	58	65
<b>Liberdades políticas</b>	76	80	76	75	64	70	56	52	74
<b>Justiça igual</b>	89	63	83	78	77	62	49	45	85
<b>Descentralização das decisões</b>	51	40	50	47	26	54	32	26	42

## II. "Democracia Substantiva"

<b>País</b> <b>(Data)</b>	<b>Bulgária</b> <b>(11/90)</b>	<b>Tcheco/</b> <b>(11/90)</b>	<b>Estônia</b> <b>(7/91)</b>	<b>Hungria</b> <b>(11/90)</b>	<b>Lituânia</b> <b>(7/91)</b>	<b>Polônia</b> <b>(1/91)</b>	<b>Romênia</b> <b>(12/90)</b>	<b>Eslovênia</b> <b>(6/91)</b>	<b>Ucrânia</b> <b>(1/91)</b>
<b>Maior igualdade social</b>	59	26	46	50	38	51	44	27	60
<b>Mais trabalho, menos desemprego</b>	65	20	37	48	48	38	67	41	57
<b>Melhores condições econômicas</b>	82	37	66	56	59	47	79	43	65
<b>Controle governamental dos bancos e empresas públicas</b>	41	30	38	33	38	29	44	22	37

Fonte: Bruszt and Simon, 1992.

**Questão:** "As pessoas associam democracia com significados diversos, tais como esses neste cartão. Para cada um deles, por favor diga-me se, para você, democracia tem muito, alguma coisa, não muito ou nada com isto:.."

A análise das respostas à questão sobre os significados da democracia encontrou padrões similares. Como se verifica na Tabela 9, os leste-europeus não se diferenciam muito ao identificar a democracia com seus elementos "formais", por exemplo, o multipartidarismo ou as liberdades políticas. Eles se diferenciam fortemente, entretanto, na identificação da democracia com critérios "substantivos" como maior igualdade, pleno emprego ou a melhora das condições econômicas.

Como mostra a Tabela 10, a “nação” é uma fonte de variação muito mais importante nas respostas sobre os significados materiais da democracia do que a idade, tipo de escola ou a situação no mercado de trabalho. Enquanto a maioria dos búlgaros, ucranianos ou alemães orientais associam democracia com elementos “substantivos”, apenas a minoria dos tchecoslovacos ou eslovenos identificam democracia com aspectos como a melhoria das condições econômicas ou o pleno emprego.

Em resumo, enquanto as predisposições culturais dos leste-europeus em geral diferem um pouco daquelas dos europeus ocidentais, as diferenças não são substantivas e podem explicar apenas parcialmente as relações dos leste-europeus com o capitalismo. De outro lado, os achados não sustentam a hipótese sobre a existência de “legados leninistas” uniformes nas predisposições culturais. Ao contrário, foram observadas fortes diferenças entre os cidadãos dos diferentes países do Leste Europeu.

**Tabela 10**  
**Fontes de variação do significado material de democracia**

**(MCA)**

	<b>N</b>	<b>BETA</b>	
<b>1. País</b>			
Bulgária	536	-0,38	
Tchecoslováquia	430	0,56	
Hungria	573	0,18	
Eslovênia	268	0,28	
Ucrânia	775	-0,24	
Alemanha Oriental	395	-0,10	0,31
<b>2. Idade</b>			
18-19	68	0,14	
20-29	662	0,11	
30-39	880	0,05	
40-49	760	-0,16	
50-59	445	-0,12	
60-69	139	-0,12	
70 e mais	23	-0,42	0,13
<b>3. Escolaridade</b>			
Primário	603	-0,18	
Secundário	1711	-0,03	
Colegial	663	0,23	0,09
<b>4. Posição no mercado de trabalho</b>			
Muito boa	171	0,28	
Boa	533	0,11	
Média	1139	0,01	
Ruim	844	-0,07	
Muito Ruim	442	-0,19	0,14

R múltiplo = 0,369

### C. Capital político

O principal objetivo desta investigação foi identificar o papel das diferentes variáveis econômicas, culturais e políticas na explicação do apoio ao novo sistema político e socioeconômico. Foi utilizada a combinação de análise de discriminação e análise de correspondência múltipla para encontrar quais grupos de variáveis melhor contribuiriam para prever o apoio ou a rejeição. No total, foram utilizados doze grupos de variáveis na análise:

Variáveis econômicas:

- avaliação retrospectiva da situação econômica
- avaliação prospectiva da situação econômica
- posicionamento sobre o mercado de trabalho<sup>14</sup>

Variáveis culturais:

- tolerância com as diferenças de renda
- expectativa com as responsabilidades sociais dos governos
- significados da democracia
- desconfiança e hostilidade com relação aos cidadãos dos países vizinhos

Variáveis políticas:

- confiança no governo, no primeiro-ministro e no partido governamental
- confiança no maior partido de oposição e no seu líder
- confiança nos partidos políticos
- confiança nas instituições políticas (ex:parlamento)
- nível de apatia política e alienação

---

<sup>14</sup> Perguntou-se às pessoas o que pensavam sobre suas possibilidades de encontrar uma nova posição se perdessem seu emprego; se a encontrariam de forma muito fácil, fácil, algo difícil, muito difícil, ou se achavam que não seriam capazes de encontrar um novo emprego.

**Tabela 11**  
**Apoio à democracia e ao capitalismo**

**Grupos de variáveis que melhor contribuem para a classificação correta dos casos**  
**(Análise de Discriminação e MCA)**

**(Obs: os números referem-se ao percentual dos grupos classificados)**

	<b>Bulgária</b>	<b>Hungria</b>	<b>Polônia</b>	<b>Tchecos/</b>	<b>Alemanha Oriental</b>
<b>Necessidade de sistema multipartidário</b>					
Concorda	Demmean (91) Partru (88) Situati (70)	Partru (89) Demmean (83) Govsoc (77)	Demmean (76) Partru (68) -	Partru (89) Apathpo (88) Situati (78)	Partru (88) Demmean (81) Opptu (65)
Discorda	Govsoc (80) Govtru (68) Situati (65)	Apathpo (74) Opptu (66) Demmean (62)	Demmean (78) Govsoc (69) Partru (68)	Govsoc (69) Situati (64) -	Govsoc (91) Instru (67) Demmean (59)
<b>Capitalismo é melhor</b>					
Concorda	Govtru (81) Situati (78) Opptu (73)	Partru (74) Demmean (61) -	Demmean (68) Opptu (61) Partru (60)	Opptu (83) Situati (64) Govtru (73)	Partru (75) Instru (67) Opptu (64)
Discorda	Govsoc (68) Instru (73) Govtru (72) -	Govsoc (69) Instru (63) Opptu (63) -	Situati (77) Govsoc (72) Partru (71) Apathpo (70)	Govsoc (70) Apathpo (67) Govtru (64)	
<b>Apoio ao:</b>					
Capitalismo autoritário	Govsoc (68) Demmean (60) Apathpo (57)	Apathpo (60) Demmean (53) Govtru (51)	Insttru (45) Demmean (43) -	Insttru (69) Apathpo (55) Partru (50)	Govsoc (89) Partru (43) Govtru (39)
Status quo	Demmean (67) Instru (67) Govtru (57)	Opptu (63) Govtru (53) Situati (53)	Apathpo (89) Opptu (67) Partru (60)	Govsoc (77) Demmean (64) Natru (63)	Govtru (63) Opptu (57) Instru (50)
Capitalismo democrático	Situati (71) Demmean (64) Partru (63)	Partru (56) Demmean (53) Situati (51)	Partru (62) Demmean (56) Apathpo (47)	Opptu (69) Govtru (65) Partru (63)	Demmean (54) Partru (47) Situati (44)
Terceira via	Opptu (54) Nation (52) Demmean (47)	Govsoc (55) Partru (51) Demmean (50)	Partru (44) Situati (32) -	Govtru (46) Situati (40) Apathpo (38)	Situati (48) Apathpo (47) Govtru (41)

**Legenda:**

Apathpo = apatia política;

Demmean = compreensão da democracia material ou procedural;

Govsoc = responsabilidades sociais esperadas dos governos

Govtru = (des)confiança no governo;

Insttru = (des)confiança no estado e nas instituições políticas;

Natru = (des)confiança em outras nações;

Opptu = (des)confiança na oposição;

Partru = (des)confiança nos partidos políticos;

Situati = variáveis de situação

A Tabela 11 resume os principais achados das análises realizadas. Esses achados sustentam fortemente a principal hipótese da literatura da "economia política da dificuldade": a confiança nos atores políticos coletivos e instituições é o mais forte preditor do apoio ao capitalismo. Enquanto na Bulgária ou Tchecoslováquia a confiança no governo e na oposição é o melhor preditor do apoio, na Hungria ou na antiga Alemanha Oriental o mesmo papel é exercido pela confiança nos partidos políticos ou nas instituições.

As variáveis políticas exercem papel similar na predição do apoio à democracia e ao capitalismo democrático. Por outro lado, a desconfiança nos partidos, instituições e governo, e o alto nível de apatia política são fortes preditores da rejeição ao capitalismo e do apoio à manutenção do *status quo* ou às soluções da 'terceira via'.

**Tabela 12**  
**Satisfação com o funcionamento da democracia**

(MCA)

País	efeitos não controlados ( $\eta$ ) [(em parênteses: efeitos controlados ( $\beta$ )]							r <sup>2</sup>
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	
Tchecoslováquia	0,24 (0,07)	0,25* (0,13)	0,50* (0,34)	0,39* (0,14)	0,30* (0,11)	0,00 (0,01)	0,25 (0,06)	0,31
Estônia	0,19 (0,08)	0,12 (0,11)	0,45* (0,34)	0,23 (0,10)	0,24* (0,18)	0,26* (0,09)	0,31* (0,15)	0,30
Hungria	0,27* (0,13)	0,15* (0,15)	0,39* (0,25)	0,31* (0,15)	0,25* (0,18)	0,10 (0,00)	0,14 (0,04)	0,25
Lituânia	0,40* (0,22)	0,20 (0,10)	0,44* (0,28)	0,21 (0,09)	0,29 (0,08)	17* (0,07)	0,17 (0,06)	0,27
Polônia	0,45* (0,27)	0,07 (0,04)	0,46* (0,32)	0,21 (0,03)	0,35 (0,13)	0,16* (0,08)	0,20 (0,03)	0,33
Romênia	0,30* (0,13)	–	0,42* (0,36)	0,06 (0,07)	0,12 (0,05)	0,05 (0,04)	0,00 (0,02)	0,22
Eslovênia	0,29* (0,13)	0,11 (0,11)	0,55* (0,41)	0,31* (0,06)	0,36* (0,17)	0,28 (0,07)	0,14 (0,00)	0,37
Ucrânia	0,17 (0,10)	0,17* (0,16)	0,26* (0,19)	0,15 (0,08)	0,09* (0,09)	0,08 (0,01)	0,06 (0,03)	0,11
Krasnojarski	0,22* (0,19)	0,11* (0,12)	0,24* (0,15)	0,13 (0,07)	0,08 (0,02)	0,05 (0,02)	0,18* (0,08)	0,13
Alemanha Oriental	0,32* (0,16)	0,10 (0,04)	0,42* (0,30)	0,23 (0,07)	0,23 (0,06)	0,21* (0,08)	–	0,22

**Legenda:**

a = avaliação prospectiva da situação econômica do país

b = satisfação com o governo anterior

c = confiança no atual governo

d = confiança nos partidos políticos

e = crença na eficácia da democracia ("com democracia os problemas serão resolvidos")

f = confiança nos políticos ("os políticos fazem o que podem...")

g = confiança nas políticas ("é melhor não confiar nos políticos...")

\*= significância > 0,05 (F-test)

O segundo importante achado foi que as variáveis econômicas e culturais exercem papel significativo mas, ao contrário das hipóteses da “tese da incompatibilidade”, contribuem para explicar tanto a rejeição quanto o apoio aos novos regimes políticos e econômicos. As predisposições culturais dos leste-europeus não são apenas lealdades, mas também qualidades do ponto de vista da transformação do regime socioeconômico. Como afirmado anteriormente, enquanto a avaliação prospectiva da situação econômica está em uma relação negativa com o apoio ao capitalismo, a avaliação retrospectiva é um bom preditor do apoio.

Um importante achado foi que o papel explanatório das variáveis econômicas, sociais e políticas é diferente para os casos de apoio e rejeição ao capitalismo. As variáveis políticas exercem papel central na explanação do apoio e são importantes para a explanação da rejeição; mas, no segundo caso, há uma importância especial de variáveis como o alto nível de paternalismo ou as avaliações prospectivas negativas da situação econômica. Enquanto as variáveis políticas são também centrais para a predição do apoio à democracia, o papel das variáveis culturais é ao menos importante. Em suma, o apoio ao capitalismo democrático é delineado pela combinação das variáveis políticas, econômicas e culturais.

Como conclusão, os governos do Leste Europeu que buscam a transformação das instituições econômicas de seus países podem contar com um alto nível de reserva inicial de apoio baseado, inicialmente, no descrédito ao regime anterior e suas instituições econômicas. Ao invés de reear as predisposições culturais de seus cidadãos, podem contar com alguns dos seus valores e atitudes adquiridos ainda no regime anterior.

A principal qualidade dos governos reformistas do Leste Europeu é a confiança de seus cidadãos nas instituições e atores políticos. Na medida em que forem capazes de acumular e reproduzir o capital político fazendo uso das possibilidades oferecidas pelo sistema democrático, podem contar com o apoio à transformação econômica, mesmo se isso significar que seus cidadãos terão dificuldades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUSZT, L. Transformative politics: social costs and social peace in East Central Europe. *East European Politics and Societies*, v. 6, nº 1, 1992.

BRUSZT, L.; SIMON, J. The great transformation - theoretical conceptions and public opinion on democracy and capitalism in Eastern Europe. In: SZOBSZLAI, G. (ed.). *Flying blind. Emerging democracies in East-Central Europe*. Yearbook Hungarian Political Science Association, 1992.

COMMISO, E.; DUBB, S.; McTIGUE, S. The illusion of populism in Latin America and East-Central Europe. In: SZOBSZLAI, G. (ed.). *Flying blind. Emerging democracies in East-Central Europe*. Yearbook Hungarian Political Science Association, 1992.

DE SCHWEINITZ, K. Industrialization, labor controls and democracy. *Economic Development and Cultural Change*, p. 385-404, 7 July 1959.

DUCH, R. M. Tolerating economic reforms: popular support for transition to a free market in the former Soviet Union. 1992. Mimeo.

ELSTER, J. The necessity and impossibility of simultaneous economic reforms and political reform. University of Chicago, 1990. Mimeo.

ELSTER, J.; OFFE, C.; PREUSS, U. Constitutional politics and economic transformation in post-communist societies. A comparative study of Bulgaria, Czechoslovakia and Hungary. Chicago/Bremen, 1991. Mimeo.

GALENSON, W. Introduction. In: GALENSON, W. (ed.). *Labor and economic development*. New York: Wiley and Sons, 1959.

GRESKOVITS, B. The use of compensation in economic adjustment programmes. *Acta Oeconomica*, n. 45, p. 1-2, 1993a.

\_\_\_\_\_. Is the east becoming south? Where treats to reforms may come from?. Central European University, Political Science Department, 1993b. Mimeo.

HAGGARD, S.; KAUFMAN, R. R. (ed.). *The politics of economic adjustment. International constraints, distributive conflicts, and the state*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1992.

HANKISS, E.; MANCHIN, R.; FUSTOS, L.; SZAKOLCZAI, A. *Kenyszerpalyan*. Budapest: Institute of Sociology, 1983.

\_\_\_\_\_. *Essays in trespassing: economics to politics and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

HAUSNER, J. Imperative vs. interactive strategy of systemic change in central and eastern Europe. Cracow Academy of Economics, 1993. Mimeo.

HIRSCHMAN, A. O. The political economy of latin american development: seven exercises in retrospection. *Latin American Research Review*, v. 22, n. 3, p. 7-26, 1987.

HUNTINGTON, S. *Political order in changing societies*. New Haven: Yale University Press, 1968.

LANGE, P. Unions, workers, and wage regulation: the rational bases of consent. In: GOLDTHORPE, J. H. (ed.). *Order and conflict in contemporary capitalism*. Oxford: Oxford University Press, 1984.

JOWITT, Ken. *The new world disorder: the leninist extinction*. Berkley: University of California Press, 1992.

LINZ, J. Legitimacy of democracy and the socioeconomic system. In: DOGAN, M. (ed.). *Comparing pluralist democracies, strains on legitimacy*. Boulder: Westview, 1988.

\_\_\_\_\_. Crisis, breakdown & reequilibration. In: LINZ, J.; STEPAN, A. *The breakdown of democratic regimes*. Johns Hopkins University Press, 1978.

McDONOUGH, P.; BARNES, S. H.; PINA, L. Economic policy and public opinion in Spain. *American Journal of Political Science*, n. 30, p. 446-479, 1986.

\_\_\_\_\_. The nature of political support and legitimacy in Spain. *Eighth International Conference of Europeanist*. Chicago, 27-29 March 1992. Mimeo.

NELSON, J. M. Organized labor, politics, and labor market flexibility in developing countries. *The World Bank Research Observer*, v. 6, n. 1, p. 37-56, January 1991.

\_\_\_\_\_. *Fragile coalitions: the politics of economic adjustment*. New Brunswick: Transactions Books, 1989.

NORTH, D. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.



O'DONNELL, G. *Delegative democracy?*. Working Paper. Helen Kellogg Institute, march 1992.

\_\_\_\_\_. *On the state, democratization and some conceptual problems*. Working Paper # 192. Kellogg Institute, The Notre Dame University, 1993.

OLSON, M. Autocracy, democracy and prosperity. In: ZECKHANSER. R. J. (ed.). *Strategy and choice*. Cambridge: MIT Press, 1991.

PEREIRA; MARAVALL; PRZEWORSKI. *Economic reforms in new democracies - a social-democratic approach*. Cambridge University Press, 1993.

PRZEWORSKI, A. et al. *Sustainable democracy*. Cambridge University Press, 1995.

PRZEWORSKI, A.; LIMONGI, F. Democracy and development. *Nobel symposium "Democracy's victory and crisis"*. Uppsala University, 27-30 august 1994. Mimeo.

\_\_\_\_\_. Political regimes and economic growth. *Journal of Economic Perspectives*, v. 7, n. 3, p. 51-69, Summer 1993.

REMMER. K. Democracy and economic crisis: the latin american experience. *World Politics*, n. 42, p. 315-335, 1990.

\_\_\_\_\_. The political economy of elections in Latin America, 1989-1991. *American Political Science Review*, v. 12, June 1993.

ROLLER, E. Ideological basis of the market economy: attitudes toward distribution principles and the role of government in west and east Germany. *Fiftieth Annual Scientific Meeting of the International Society of Political Psychology*. San Francisco, California, 1992. Mimeo.

ROSE, R. Between state and market, key indicators of transition in Eastern Europe. *Studies in Public Policy*, n. 196. Centre for the Study of Public Policy, University of Strathclyde, 1991a.

\_\_\_\_\_. Escaping from absolute dissatisfaction - a trial and error model of change in Eastern Europe. *ICRET Conference*. Queen College, Cambridge, 2-6 July 1991b.

SABEL, C. Constitutional ordering in historical context. Max Planck Institut fur Gesellschaftsforschung, Cologne, 1991. Mimeo.

STARK, D. From system identity to organizational diversity: analyzing social change in Eastern Europe. *Contemporary Sociology*, v. 21, p. 299-304, 1992.

WATERBURY, J. The political management of economic adjustment and reform. In: NELSON, J. M. op. cit, 1989.

ZIMMERMANN, E.; SAALFELD, T. Economic and political reactions to the world economic crisis of the 1930's in six european countries. *International Studies Quarterly*, n. 32, p. 305-334, 1988.

*Tradução e publicação autorizadas pelo autor*